VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

IMPLICAÇÕES DA CONCEPÇÃO DE JOEL BIRMAN SOBRE O "SUJEITO NA CONTEMPORANEIDADE" PARA A ANÁLISE DO DISCURSO – O CASO DE "NÃO VAI TER GOLPE"

Érika de Moraes[1]

Resumo: A conceituação de sujeito é fundamental para a Análise do Discurso francesa, que o entende como difuso, atravessado por posicionamentos ideológicos e inconscientes. O trabalho de Birman (2012) instiga questões que, se enfrentadas pelos analistas de discurso, podem render novas perspectivas sobre o sujeito na contemporaneidade, caracterizada pela busca de soluções rápidas para quaisquer problemas (e consequente substituição da psicanálise pela medicalização). Segundo o autor, as características do mundo em que vive o sujeito contemporâneo fazem com que ele seja acometido pelas formas de "mal-estar". Este trabalho põe o tema em debate, exemplificando a questão do posicionamento do sujeito com base na expressão "não vai ter golpe", utilizada na conjuntura histórica da crise política brasileira em 2016.

Palavras-chave: discurso; sujeito; contemporaneidade; Brasil.

Abstract: The concept of the subject is essential to French Discourse Analysis, which regards it as a diffuse notion, traversed by ideological and unconscious positions. The work of Birman (2012) raises issues that, when faced by discourse analysts, may yield new perspectives about the subject in contemporary society, characterized by the search for quick solutions to whatever problems (and the consequent replacement of psychoanalysis with medicalization). According to the author, the characteristics of the world where the contemporary subject lives cause it to be affected by the forms of "malaise". This paper addresses this debate by exemplifying the question of the subject's position based on the expression "There will be no coup", used in the historical context of the Brazilian political crisis in 2016.

Keywords: discourse; subject; contemporaneity; Brazil.

Introdução

A noção de sujeito é ponto essencial para a Análise do Discurso de linha francesa, que o entende como difuso, atravessado por posicionamentos ideológicos e inconscientes. Pensar

[1] Doutora em Linguística pelo IEL-Unicamp. Docente vinculada ao Departamento de Ciências Humanas da FAAC, Unesp de Bauru. E-mail: erika.moraes@faac.unesp.br

o sujeito na contemporaneidade requer acrescentar novas nuances que afetam sua concepção. Neste aspecto, o trabalho de Birman (2012) instiga questões que, se enfrentadas pelos analistas de discurso, podem render novas perspectivas.

As ideias deste autor foram debatidas em encontro do Centro de Pesquisa FEsTA em 2014 e, intrigada com a reflexão, iniciei as primeiras considerações a respeito em artigo publicado na revista *Estudos Linguísticos* (MORAES, 2015). Proponho, agora, um aprofundamento da questão, no limite destas 15 páginas, também acrescida por proposições de Paveau na obra *Linguagem e Moral* (2015).

Segundo Birman, as características do mundo em que vive o sujeito contemporâneo fazem com que ele seja acometido pelas formas de "mal-estar". É imposta a sensação de continuidade num mundo de descontinuidades, sufocando, entre outros aspectos, até mesmo o enfrentamento do tempo: o passado, o futuro. Na sociedade atual, não há tempo para a busca do entendimento psíquico por meio da terapia da fala (a psicanálise), precisa-se de uma solução rápida supostamente encontrada na medicalização. A questão fundamental que Birman apresenta implica uma problematização inevitável para a Análise do Discurso: se uma das instâncias que atravessam o sujeito é o inconsciente, no sentido freudiano, o que esses novos problemas (entre os quais a substituição da psicanálise pela medicalização) impõem para a concepção de sujeito do analista do discurso? A questão é bastante complexa e, por essa razão, convida a um debate, não a conclusões.

Proponho enfrentar essa problemática e, a título de exemplificação, debater como o uso da expressão "não vai ter golpe", utilizada na conjuntura histórica da crise política brasileira em 2016, sugere algumas reflexões sobre o (as)sujeitamento. Neste trabalho, retomo as ideias de Birman (2012); em seguida, busco uma compreensão a respeito dos medicamentos chamados antidepressivos, seguindo a literatura biomédica, uma vez que, segundo Birman, estes estão substituindo a psicanálise; busco, por fim, associar essas questões ao estudo da subjetividade.

1. Birman e o "sujeito na contemporaneidade"

Birman observa que "nos registros da economia, da política, das ciências, das artes e da cotidianidade, o sujeito se choca com o imprevisível, que o desorienta" e, assim, "tanto no

registro coletivo como no individual, nas escalas local e global, a subjetividade foi virada de ponta-cabeça" (BIRMAN, 2012, p. 7).

Num tempo em que o sujeito "não consegue se regular nem se antecipar aos acontecimentos, que como turbilhões jorram de maneira disseminada ao seu redor" (BIRMAN, 2012, p. 7), ele é acometido pelas formas de "mal-estar". Tal "mal-estar", longe de ser uma metáfora, corresponde a um estado bem real e atual, cuja principal característica é o crescimento (e a naturalização) do uso de medicamentos do tipo antidepressivos. Um primeiro enfrentamento, portanto, é o entrelaçamento desse sujeito, que pode corresponder a um estado (depressivo) de indivíduo no mundo, à forma-sujeito de que fala a Análise do Discurso, podendo-se pensar que um é afetado pelo (e produz efeitos sobre o) outro.

Paradoxalmente, na era da potencialização das ferramentas de comunicação, parece não haver espaço para a aceitação de diferentes "posições de sujeito"; ao contrário, há uma cobrança cada vez mais intensa de adaptação, de cujo processo faz parte a imposição (ou a autoimposição) do uso de drogas psicofarmacológicas.

No aspecto psíquico, um efeito descrito por Birman no sujeito contemporâneo é a diminuição da experiência do sonho durante o sono (ou da lembrança dos sonhos), o que, segundo Freud na leitura de Birman, teria relação com a "resistência do sujeito em estabelecer contato com o desejo inconsciente" (2012, p. 12), implicando dificuldade em lidar com a própria realidade psíquica. De um ponto de vista em que a continuidade ou a não-ruptura seria o estado perfeito de coisas, o sonho deve ser abafado por configurar uma experiência de transgressão, através da qual "uma outra dimensão do mundo se abre assim para o sujeito, indicando a existência de outros mundos possíveis" (p. 13).

O sonhar possibilitaria, ainda, o entendimento de si pelo sujeito a partir de um olhar exterior, já que "na suposta experiência originária do sonhar, o sujeito se encontra numa posição de exterioridade em face das imagens". Ou seja, "esta posição de exterioridade do sonhador coloca-o numa posição de espectador de seu próprio sonho" (2012, p. 17). A narrativa do sonho pelo sonhador, por sua vez, enfatiza a "incidência efetiva do discurso" (p. 17), que exige a articulação de uma temporalidade.

Na cultura ocidental, esta transformação radical em relação à valorização do sonhar implicaria a "perda do potencial de simbolização da subjetividade contemporânea" (2012, p.

23). Se nos lembrarmos de que, para Freud, sonho é realização do desejo, e que o desejo é o que nos move e nos impele para a transformação do mundo, a consequência da ausência do sonho é a simulação/imposição de continuidade (BIRMAN, 2012, p. 48).

A psiquiatria teria encontrado seu lugar de destaque na contemporaneidade, já que, "fundada nas neurociências, a psiquiatria seria então biológica, inscrevendo-se no campo da racionalidade e da institucionalidade médicas" (BIRMAN, 2012, p. 64). Birman acredita que "o mal-estar se transformou numa indagação ética para a leitura das subjetividades contemporâneas" (p. 66), conquanto "o pensamento e a linguagem tendem a desaparecer como eixos ordenadores do mal-estar na atualidade, enquanto assumiam anteriormente uma posição nobre na descrição do mal-estar" (p. 67). Nesse ínterim: "tudo se passa como se ele [o sujeito] tivesse perdido a crença na possibilidade de resolver e superar os obstáculos que se colocam para si pelo discurso e pela retórica, isto é, pela negociação com os outros" (p. 83). Ora, não seria um correlato disso uma era de protestos, greves, violência, quando a única forma de "negociação" possível parece ser através da força? Como "ler" esses novos discursos de "luta"?

Entre inúmeras consequências de um tempo de "despossuição de si", Birman aponta a dissolução da autoestima: "o sentimento de segurança psíquica, isto é, de que o eu pode dar conta das relações entre o corpo e o mundo, se esvazia de maneira flagrante" (2012, p. 117). Resta a dor, "uma experiência em que a subjetividade se fecha sobre si mesma" (p. 140). "Imersa na dor do ressentimento, portanto, a subjetividade contemporânea se evidencia como essencialmente narcísica, não se abrindo para o outro, de quem em princípio desconfia e [com quem] rivaliza" (p. 141).

Feitas essas considerações, passamos a uma abordagem a respeito dos medicamentos chamados antidepressivos, que, segundo Birman, têm substituído a psicanálise. Para tanto, levaremos em conta a literatura da biomedicina e psicofarmacologia.

2. A medicalização do sujeito

Um dos principais pontos apresentados por Birman (2012), conforme vimos, é a substituição da psicanálise pela medicalização na sociedade atual. Não podemos enfrentar

essa questão sem antes compreender, de um ponto de vista conceitual, a situação de saúde caracterizada como depressão.

É primordial buscar a compreensão do quadro que se entende como depressivo, incluindo o fato de que nem mesmo a medicina tem essa total clareza. Não podemos simplesmente recriminar o uso dos chamados antidepressivos sem levar em conta que eles são fundamentais em certos quadros. Ao contrário do sentido popular, que entende a depressão como sinônimo de tristeza (ou seja, um sentimento), ela está ligada ao desequilíbrio de substâncias químicas no cérebro, que se "deprimem" e não executam bem o seu papel, acarretando um desequilíbrio psíquico. Parte do preconceito em torno da depressão (e das doenças psíquicas, em geral) está no fato de que se acredita poder controlá-las ou vencê-las com "força de vontade". É, portanto, imprescindível pontuar que não abraçamos esse preconceito.

Buscamos pesquisas na área de saúde em bases de dados e publicações como a Revista *Nature*, a fim de investigar o posicionamento de pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto. Mesmo na impossibilidade de dar conta de todos os dados disponíveis, chamou-nos a atenção o fato de que pesquisas em biomédica apontam para questões que não se contradizem com a análise de Birman. Por absoluta falta de espaço, apresentaremos apenas parcialmente a nossa investigação bibliográfica.

Recorremos a trabalho de Bittencourt; Caponi e Maluf (2013), que propõem um estudo sobre como os antidepressivos foram apresentados a estudantes e profissionais da área médica por meio da análise de um livro-texto de farmacologia com projeção mundial. As pesquisadoras analisaram onze edições da obra (1941-2016), segundo uma perspectiva histórica e etnográfica, considerando ainda recursos de Análise do Discurso. As autoras relatam que, nas edições do século XX, "há referência ao uso ampliado de medicamentos psicoativos e o alerta para que não se faça uso inadequado dessas drogas, lembrando a importância da contextualização clínica do paciente a ser medicado" (2013, p. 219). Já nas edições do século XXI, essas referências diminuem, bem como a contextualização aos aspectos históricos inerentes ao desenvolvimento dos medicamentos.

O estudo interessa a esta discussão, uma vez que, além de trazer dados fundamentados sobre o desenvolvimento de tais medicamentos, prioriza e reafirma a "importância da

abordagem de aspectos históricos e socioculturais do desenvolvimento da farmacologia e de fármacos, como os antidepressivos, bem como da relação desses aspectos com a prática clínica e a divulgação científica dos medicamentos" (2013, p. 247).

As pesquisadoras retomam, portanto, o amplo histórico a respeito do surgimento e desenvolvimento de tais medicamentos. Essa historiografia relata que a "era da psicofarmacologia" começa em torno da década de 1950, quando os termos psicoativo e psicotrópico são inseridos, na prática biomédica, para denominar uma ampla categoria de drogas que agem no Sistema Nervoso Central.

A historiografia registra que, quando se ampliou o uso de fármacos industrializados, logo após a Segunda Guerra, observou-se que drogas utilizadas para problemas de saúde diversos tinham como efeito secundário a melhora do humor de pacientes com sintomas depressivos, daí o termo "antidepressivo". A primeira classe desses medicamentos foi a dos Inibidores da MAO, cuja substância ativa, a iproniazida, era utilizada para o tratamento da tuberculose, porém apresentava muitos efeitos colaterais. Nos anos seguintes, foi a vez da imipramina que, em 1957, passou a ser comercializada sob o nome de Tofranil®, marcando o início da classe dos antidepressivos tricíclicos (HEALY, 1997; FANGMANN et al., 2008 apud BITTENCOURT et al., 2013, p. 219).

Novas drogas surgem e são "categorizadas a partir dos tipos de receptores com os quais interagem no organismo" (BITTENCOURT et al., 2013, p. 220). Na década de 1980, destacam-se os Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina (ISRS)[2] e, nas décadas seguintes, são lançados no mercado farmacêutico, também, os inibidores seletivos da noradrenalina.

Reardon (2016), em artigo publicado na revista *Nature* (*Mysterious antidepressant target reveals its shape*), observa que as drogas lançadas na última década têm sido "mais do mesmo", ou seja, drogas com a mesma estrutura e funções, já que a maioria das companhias

[2] As chamadas drogas inibidoras seletivas da recaptação da serotonina (SSRIs) - Prozac® e similares - permanecem sendo as mais utilizadas. Elas atuam nos baixos níveis da molécula de serotonina na química do cérebro, agindo de modo a aumentar os níveis de serotonina nas junções entre as células (REARDON, 2016). Esses medicamentos são chamados "seletivos" porque atuam exclusivamente no sistema da serotonina, apostando em melhorar o humor ao bloquear a reabsorção de serotonina por receptores do cérebro, deixando mais dessa substância disponível para a conexão entre as células do sistema nervoso cerebral.

farmacêuticas não investiu mais no desenvolvimento de drogas psiquiátricas, algo considerado caro, complicado e sem grandes resultados.

Descobertas recentes são ainda insipientes, mas servem para "repensar a depressão". Cientistas têm novas evidências para não mais acreditar que ela seja causada unicamente por níveis baixos de serotonina ou outras moléculas do cérebro. A prevalência da teoria da serotonina, portanto, vem sendo desafiada, com novas evidências que apontariam diferentes causas para a depressão, como o desequilíbrio de outros neurotransmissores e até mesmo inflamação cerebral (ALBAN, 2015). Compreender a química do cérebro é importante para a conceituação da depressão. Por outro lado, a conjuntura histórica influencia nos modos de tratamento desta doença, envolvendo crenças e concepções, da mesma forma que para outras disfunções. Novas descobertas científicas, assim, põem em questionamento a validade de teorias até então preponderantes.

Conforme explicam Bittencourt et al., a análise histórica e etnográfica a que se propuseram, de uma situação singular, permite:

> [...] olhar de outro modo um problema localizado no presente, que é o reducionismo biológico no uso de medicamentos, problema para o qual nos alertam diversos estudos de sociologia, antropologia e epistemologia. Isto porque o medicamento moderno, *esse recurso tecnológico que é utilizado como estratégia terapêutica, faz parte da configuração ocidental moderna e ganha características que só podem ser validadas em função do contexto sociocultural em que está inserido, a partir de valores simbólicos e econômicos que traz consigo*. (BITTENCOURT et al., 2013, p. 221, grifo nosso.)

Os dados mostram que tais medicamentos são historicamente recentes e, portanto, substituíram outras formas terapêuticas para problemas antigos da humanidade. Conforme vimos em Birman, a era da farmacologia sobrepõe-se à da psicanálise, que foi a forma de tratamento considerada mais eficaz no início do século XX, posteriormente condenada por seus resultados lentos.

Bittencourt et al. observam que a indicação dos medicamentos não é uma "verdade plena", pois depende do conhecimento científico pautado na prática: "o que existem são hipóteses, e o uso de medicamentos baseia-se nos sucessos da clínica: mesmo que não se tenha um diagnóstico preciso, a utilização de medicamentos pode aliviar sintomas" (2013, p.

227). E mesmo o diagnóstico clínico depende da "percepção subjetiva do médico e do que é considerado como doença em determinado momento histórico" (p. 228).

É nítido o destaque dos antidepressivos entre os psicofármacos no final do século XX e início do século XXI, conforme demonstra a análise das edições do livro didático pelas autoras: as edições trazem diferentes "arranjos" na classificação das drogas, em termos de diagnósticos e sintomas, o que se reflete na organização dos capítulos e demonstra a flexibilidade nas classificações nessa área. O tratamento medicamentoso é influenciado por estímulos externos à farmacologia, passando a ser politicamente estratégico para "lidar com um grande número de pessoas diagnosticadas com problemas psíquicos" (2013, p. 229).

No intuito de compreender a relação entre o momento histórico e as mudanças de concepção sobre o tratamento da depressão, as autoras observam que as primeiras edições do livro didático de farmacologia sugerem que o paciente deve ser o foco do tratamento, que "o médico deve ouvi-lo e considerar o contexto em que o paciente está inserido para auxiliá-lo a lidar com a situação de sofrimento, algo que no decorrer dos anos vai desaparecendo do discurso" (p. 240). Na análise dos dados, as autoras dialogam com a Análise do Discurso, ao considerarem que a interpretação se dá na análise das opacidades: a interpretação de que as drogas antidepressivas agem "contra a depressão" é naturalizada (como se fosse a única possível, enquanto tais drogas "podem estar apenas minimizando sintomas e não provocando a 'cura', ou ainda, podem estar sendo usadas para tratar sintomas não relacionados a esses diagnósticos (BITTENCOURT et al. 2013, p. 229).

Depreende-se do estudo de Bittencourt et al. que o que se considera como problema médico e suas formas de tratamento dependem das concepções de mundo de cada período histórico. Por sua vez, Alban (2015) informa que, nas últimas décadas, a prescrição de antidepressivos teria crescido 400 por cento, proporção que considera alarmante. Segundo esta pesquisadora, um em cada dez americanos fariam uso deste tipo de medicação. Ela avalia que não é possível saber se há mais pessoas deprimidas ou se esse aumento se deve ao marketing da indústria farmacêutica.

Algumas pesquisas vão ainda mais longe e apontam que não há evidência de que a nova geração de antidepressivos atue melhor do que os placebos. Texto publicado no blog da conceituada *Nature* (2008) informa que as diretrizes do *UK National Institute for Health and*

Clinical Excellence (NICE) aconselham tratamentos não-medicinais para a depressão leve, incluindo prática de exercícios físicos, regulação do sono e tratamentos psicológicos. Matéria publicada no jornal francês *Le Monde* (2016) aborda resultados de uma pesquisa (publicada na revista científica britânica *The Lanced* em 9/6/2016) segundo a qual o uso de medicamentos antidepressivos é ineficaz em crianças e adolescentes. Ainda segundo o jornal *Le Monde*, outro estudo publicado em 2015 em *World Psychiatry*, realizado pela mesma equipe de pesquisadores, já havia mostrado que as psicoterapias constituíam o tratamento de referência para a depressão. A questão se torna mais complexa porque, em muitos países, a oferta ao tratamento farmacológico é mais acessível do que as psicoterapias. No Brasil, o Sistema Único de Saúde disponibiliza medicamentos gratuitamente, enquanto a psicoterapia, quando indicada, é limitada, sendo mais restrita aos consultórios particulares.

3. "Não vai ter golpe": posicionamentos radicalizantes

Após refletir sobre a instância do sujeito na contemporaneidade e sobre a era da medicalização que, segundo Joel Birman, afeta esse sujeito, passaremos à exposição de uma hipótese. Propomos a interpretação de que este sujeito, inserido na conjuntura da pressa, sem tempo (ou disposição) para a terapia da fala e em busca de resultados imediatos, é o sujeito dos posicionamentos radicais. Marcas desse sujeito estão nos dizeres de intolerância que se encontram, por exemplo, nos falsos debates das redes sociais, em que as posições não dialogam, apenas confirmam suas convicções, conforme bem definiu Maingueneau a partir do conceito de interincompreensão: a polêmica constitutiva não vem do exterior: "o discurso segundo se constitui contra o discurso primeiro" (MAINGUENEAU, 2005, p. 111). O processo de interincompreensão generalizada definido pelo espaço discursivo é, segundo Maingueneau, "a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas", não havendo "dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de 'não compreender' o sentido dos enunciados do Outro" (p. 103).

Nos limites deste artigo, a análise não será aprofundada, mas servirá de exemplificação para a hipótese proposta. A expressão "Não vai ter golpe" se tornou uma espécie de slogan em torno do pedido de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff, com efervescências em 2015 e início de 2016. A observação mostra que ela "surge" (ou é

retomada do interdiscurso) pela voz da ideologia pró-PT, que considera como um golpe a retirada do poder de Dilma, eleita democraticamente, sem que haja, por esse ponto de vista, motivos substanciais – as chamadas pedaladas fiscais, consideradas pivô do pedido de impeachment, são entendidas como legais e já antes praticadas por outros governantes, defendem os que apoiam a Presidente.

Por sua vez, a ideologia de oposição apropria-se da expressão para caracterizar como golpe a permanência no poder, desde 2003, do PT, partido eleito quatro vezes democraticamente, porém, segundo a oposição, que se perpetuou no governo com base em corrupção e maquiagem de dados financeiros, levando o país a crise e recessão. Nosso objetivo não é defender qualquer um dos posicionamentos, tampouco mostrar que algum dos dois estaria correto ou sugerir uma definição para "golpe"[3], mas propor o exercício, ao olhar de fora, de mostrar que ambos se fundamentam em argumentos radicais. O *corpus* seria quase infinito, portanto nos baseamos apenas em alguns dados, focando essencialmente na questão das dualidades que caracterizam um pensamento polarizado.

Este recorte de *corpus*, portanto, não tem a pretensão de ser abrangente, apenas de simbolizar a questão aqui introduzida. No início de abril de 2016, com a discussão sobre o impeachment em evidência nos noticiários, um fato em especial motivou um novo movimento em torno do uso da expressão "Não vai ter Golpe", a saber, a indicação do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva para ministro pela então Presidente Dilma Rousseff. Até a ocorrência deste fato, a expressão era primordialmente utilizada pelos militantes pró-Dilma Rousseff.

A indicação de Lula dá margem à apropriação do enunciado pelos militantes de oposição ao governo, favoráveis ao impeachment, porque, segundo uma interpretação, tal indicação viria para dar foro privilegiado a Lula durante investigações da operação Lava Jato. Algumas circunstâncias reforçam esta interpretação, já que a indicação acontece logo em seguida a uma operação da polícia para colher depoimento do ex-presidente, que passa a ser suspeito na investigação por lavagem de dinheiro. É ainda reforçada por um grampo de

[3] Como pontuou Sírio Possenti (em fala na mesa-redonda de encerramento: *Estudos de discurso no contexto social e ético franco-latino-americano*. São Carlos: ALED, 2016), não é preciso haver armas nas ruas para caracterizar um golpe. Mesmo uma simples consulta ao dicionário *Houaiss* permite justificar o acontecimento do pedido de cassação da Presidente como um golpe, conforme registram as acepções 7 (Derivação, sentido figurado: ação ou manobra desleal; rombo, desfalque. Ex.: aplicou um g. na empresa) e 9 (Derivação: sentido figurado; ação ou acontecimento súbito e imprevisto; manifestação extraordinária; rasgo, lance, Exs.: um g. de sorte, um g. de gênio, um g. de mestre).

ligação telefônica entre Lula e Dilma, em que esta afirma que o documento da nomeação já estava assinado para ser usado pelo ex-presidente "em caso de necessidade". A posição pró-PT, por sua vez, alega que a nomeação de Lula se justifica pela experiência desse político para lidar com a crise político-econômica que se configura no país e que a fala "em caso de necessidade" foi interpretada fora de seu contexto, que apenas significaria "caso Lula não pudesse comparecer pessoalmente para assinar o documento".

Neste trabalho, os dados servirão de exemplos para indicar que a apropriação de um certo efeito de sentido corresponde a uma autoafirmação da visão de mundo do "eu", que se impõe pela prática da intolerância em relação ao argumento do outro. Nosso exercício é justamente o contrário dos que empunham o cartaz com a expressão; é enxergar, de fora, que há razões para utilizá-la tanto de um quanto de outro lado. Sabemos do risco que corremos: o de ser contestado simultaneamente pelos dois lados. Esclarecemos novamente: nosso objetivo não é uma avaliação em termos de certo e errado.

Títulos de artigos de articulistas colhidos nos jornais da semana desses acontecimentos apropriam-se da expressão "golpe":

> Chega de Golpes na América Latina (Adolfo Péres Esquivel) – 9/5/2016
> Pedalada é o verdadeiro Golpe (Moreira Franco) – 9/5/2016

O primeiro título, acima, trata de golpe num sentido mais tradicional, entendido como tomada de poder, ou derrubada de um governo eleito democraticamente, como aborda a sequência do texto: "A democracia, cuja conquista nos custou tanto, está novamente em risco na América Latina. A situação que o Brasil vive hoje afeta a todos os povos da região". Trata-se de um texto em apoio à Presidente Dilma, escrito por Adolfo Pérez Esquivel, 55 anos, argentino, arquiteto, escultor e ativista dos direitos humanos, Prêmio Nobel da Paz em 1980, conforme assina. Neste texto, golpe é um pré-construído: algo que já aconteceu muitas vezes na América Latina e para o qual se diz "chega".

Já o texto "Pedalada é o verdadeiro golpe", assinado por Moreira Franco, 71 anos, ex-ministro da Aviação Civil (2013-2015, gestão Dilma) e ex-governador do Rio (1987-1991), defende visão contrária, caracterizando como golpe contra o povo e o país as ações que teriam sido praticadas pelo governo petista. Esses dois textos são publicados na mesma data, o que

construiria uma suposta imagem de mídia democrática por parte do jornal, disposto a dar voz aos dois lados. Ambas as interpretações possuem argumentos que as respaldem, a questão é que esses não são essencialmente comprovados.

Essa visão oposta da compreensão de golpe já aparecia em outros articulistas, por exemplo, no texto "Não vai ter golpe. Vai ter impeachment", assinado por Roberto Freire, 73 anos, Deputado Federal por São Paulo, presidente nacional do PPS, Partido Popular Socialista, publicado em 7 de abril de 2016. Este título se apropria do tradicional "Não vai ter golpe" (que, pela ideologia pró-PT, significaria que o governo não seria derrubado) para subverter o seu significado, afirmando que haveria impeachment e que isto, portanto, não seria um golpe, mas um ato necessário para o país. Defende o articulista: "Em consonância com o desejo majoritário dos brasileiros, contando com a chancela do Judiciário e respeitando a Carta Magna e a democracia, o Parlamento selará o destino do governo mais corrupto e incompetente de nossa história. Não vai ter golpe. Vai ter impeachment". Sob esse prisma, o impeachment é caracterizado como democrático, como desejo majoritário dos brasileiros e em consonância com a constituição do País.

Os exemplos não se esgotam. Não é possível, porém, afirmar que qualquer um deles traga "a verdade", uma vez que os leitores não têm acesso às documentações que comprovariam os argumentos. Por meio da repetição, as visões de mundo vão se firmando. Num tempo em que as pessoas compartilham em suas redes sociais aqueles argumentos com os quais se identificam, sem saber se são necessariamente verdadeiros, preponderam visões populistas, com ares de convencimento.

A apropriação do sentido para um ou para outro lado se manteve nos discursos dos senadores que participaram da votação do processo de impeachment no dia 12 de maio de 2016. Vejamos dois exemplos de posicionamentos, um a favor, outro contrário ao impeachment:

> **Reguffe (sem partido-DF) - a favor:**
> "Pra que meta fiscal, então? Coloca uma meta na lei de diretrizes orçamentárias, não cumpre a meta no final do ano, muda-se a meta. Isso não é sério. Não é coisa de país sério. Meta é para ser cumprida. Tem que ter respeito à lei de responsabilidade fiscal, tem que ter respeito à lei orçamentária anual, tem que ter respeito à legislação vigente no país. O nome de um regime onde o governante pode fazer o que quiser é ditadura."
>
> **Regina Sousa (PT-PI) – contra:**

> "Valia tudo no propósito de derrubar Dilma. Dizia-se da necessidade de um ajuste fiscal. Quando ele veio, dificultou-se a sua aprovação. Discursos sindicalistas na boca de escravocratas cheiravam mal. Dizia que era preciso combater a corrupção. A presidente mandou um pacote anti-corrupção que sequer foi lido."
> Discursos disponíveis em <goo.gl/e2hbrU>

Se, por hipótese, houvesse comprovação para cada um dos argumentos, ambos poderiam ser considerados "verdadeiros". No primeiro caso, o senador Reguffe argumenta que o não cumprimento de metas é característico de uma ditadura (ou seja, segundo esse posicionamento, o governo de Dilma Rousseff agiria de forma golpista). No segundo caso, a senadora Regina Sousa argumenta que "tudo" foi feito para derrubar Dilma, dificultando aprovação de projetos, levando-a a ingovernabilidade. A rigor, dizer qual das versões é "mais verdadeira" exigiria acesso a documentos, processos, históricos que vão muito além das palavras ditas. A verdade não está nos argumentos em si.

A relação entre a expressão "Não vai ter golpe" e a reflexão proposta sobre a concepção de sujeito se constitui no fato de que seus efeitos de sentido se produzem de acordo com os posicionamentos dos sujeitos que a empregam, e o fazem de maneira intolerante em relação ao ponto de vista adversário. Trata-se de um velho princípio da Análise do Discurso, porém imbuído de matizes características do século da intolerância, em que posicionamentos são radicalizados e, na desestruturação dos sentidos, cada um se apega à sua verdade.

Tal reflexão pode ser enriquecida a partir de um debate ético em torno dos usos da linguagem, como propõe Paveau (2015), ao retomar ampla bibliografia da filosofia e da linguística, aventando "a hipótese de uma articulação entre ético, epistêmico e discursivo" (p. 55). Com inspiração nas ideias desta autora, pode-se considerar que há conflitos sociais que fazem divergir, numa mesma época, lugar e sociedade, a aceitabilidade moral do uso da expressão "não vai ter golpe", que, apropriada por uma ou por outra coletividade, é ofensiva para a outra. Nesse contexto, a subjetividade (associada à apropriação da expressão "Não vai ter golpe") é "negociada coletivamente como intersubjetividade", não se constituindo como disposição individual sem controle. No uso coletivo, a subjetividade é objetividade para certo grupo (PAVEAU, 2015, p. 199). Para cada grupo, certa apropriação de sentido corresponde ao discurso virtuoso.

Conforme um dos princípios centrais da Análise do Discurso, as palavras mudam de sentido conforme circulam de uma a outra formação discursiva. Tendo isso em vista, Paveau (2015) retoma o conceito de memória discursiva a partir de Courtine, para quem o sujeito, de algum modo, "é falado por memórias que lhe são externas" (PAVEAU, 2015, p. 234).

A oscilação de sentido em relação à expressão "Não vai ter golpe" pode estar associada a efeitos de "desmemória discursiva" que, segundo Paveau, pode implicar:

> - desancoragem de certas expressões consagradas a partir de seu contexto referencial original [...]
> - ancoragem, ao contrário, de alguns discursos nas formas de outros, realizando uma espécie de transferência de uma memória para outra [...]
> - disjunção entre um significante e seus sentidos e referente [...]
> - subjetivação memorial [...] (PAVEAU, 2015, p. 236)

São fenômenos de linguagem que produzirão "efeitos transgressivos ou contraintuitivos num contexto no qual reine um acordo semântico" (2015, p. 237) e, na perspectiva de Paveau, também ético.

Considerações finais

Este trabalho pode ter percorrido um caminho, de certo modo, atípico para os estudos de Análise do Discurso: da problematização da concepção de sujeito por um viés crítico quanto à "era da medicalização", passando pela conceituação dos antidepressivos e esboçando uma breve análise sobre a circulação da expressão "Não vai ter Golpe", num contexto que definimos como radicalizante. O que interessa, sobretudo, é a ênfase em um momento da história em que as radicalizações e oposições são marcadamente presentes e, embora existam diversas nuances, muitas vezes se traduzem em dualidades.

Entendemos esse período como uma era de intolerância, em que o sujeito contemporâneo, inserido na realidade da pressa, da velocidade – que Joel Birman associa à medicalização em oposição à psicanálise – é cada vez mais autoritário a fim de defender seu próprio argumento perante o outro. Trata-se do sujeito correspondente ao indivíduo no mundo que não tem paciência, não pode esperar, quer suas vontades imediatamente atendidas. Ou pode ter tudo que possa ser comprado pelo mundo do consumo, mas não compreende seus

significados mais subjetivos. É, provavelmente, o sujeito que não sonha (ao dormir), porque o próprio psíquico agita-se na vivência do aqui-agora, não acessa o inconsciente.

Consideramos uma marca dessa era de intolerância as visões de mundo polarizadas das sociedades. Foi sinal disso o resultado apertado das eleições brasileiras em 2014, bem como, recentemente, o resultado do plebiscito inglês que aprovou a saída do Reino Unido da União Europeia por uma margem apertadíssima: 51,9 a 48,1%.

O sujeito contemporâneo tem pressa, não tem paciência para analisar o que é ou não golpe, apropria-se do seu próprio conceito e repete, compartilha nas mídias sociais as definições que coincidem com sua própria visão moral a respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAN, Deane. *Natural Alternatives To Zoloft, Prozac, And Antidepressant Medications*. 21 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://reset.me/story/natural-alternatives-to-zoloft-prozac-and-antidepressant-medications/>. Acesso: julho de 2016.

BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BITTENCOURT, Silvia Cardoso. CAPONI, Sandra. MALUF, Sônia. Medicamentos antidepressivos: inserção na prática biomédica (1941 a 2006) a partir da divulgação em um livro-texto de farmacologia. *MANA* 19(2): 219-247, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v19n2/a01v19n2.pdf>. Acesso: julho de 2016.

JONES, Nicola. *Antidepressants 'no better than placebo'*. Blog *Nature*. 26 Fevereiro 2008. Disponível em: <http://blogs.nature.com/news/2008/02/post_3.html>. Acesso: julho de 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gêneses do Discurso*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba (PR): Criar Edições, 2005. 189 p. (Edição original: Bruxelles, P. Mardaga, 1984)

MORAES, Érika de. Revista Estilo – a "transmidiação" discursiva da ideia de Estilo, da agência bancária para a plataforma on-line. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 44, p. 1042-1052, 2015.

PAVEAU, Marie-Anne. *Linguagem e moral* – uma ética das virtudes discursivas. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

REARDON, Sara. *Mysterious antidepressant target reveals its shape*. 6/04/2016. *Nature* doi:10.1038/nature.2016.19711. Disponível em <goo.gl/FdS2DW> Acesso: julho de 2016.

SANTI, Pascale. *Les antidépresseurs inefficaces contre la dépression de l'enfant et de l'adolescent*. *Le Monde*. 09.06.2016. Disponível em: <goo.gl/qu3l1T>. Acesso: julho 2016.